

# As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737

**Paulo César Possamai**

*Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Professor Adjunto da Universidade Federal de Pelotas. É autor de diversos trabalhos, dos quais se destaca o livro A Vida Quotidiana na Colônia do Sacramento, publicado em Lisboa, pela editora Livros do Brasil.*

**Rodrigo Salaberry dos Santos**

*Licenciado em História pela UFPEL, e-mail: rodrigosalaberry@hotmail.com.*

## RESUMO

A Colônia do Sacramento resistiu a um sítio que se prolongou de outubro de 1735 a setembro de 1737 graças à atuação da frota portuguesa, que mobilizou tropas do Brasil e de Portugal. Neste artigo estudaremos alguns aspectos da atuação da frota de socorro a Sacramento no Rio da Prata, como os objetivos propostos e as ações realizadas, assim como apontaremos as dificuldades em concretizar as instruções recebidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** guerra, frota, Rio da Prata

## ABSTRACT

Colônia do Sacramento withstood to a siege which lasted from October 1735 to September 1737 due to the action of the Portuguese fleet, which mobilized troops from Brazil and Portugal. In this paper we will study some aspects of the fleet operations to rescue Sacramento in the River Plate, as the proposed objectives and actions taken, as well as point out the difficulties to implement the instructions received.

**KEYWORDS:** war, fleet, River Plate

Fundada em 1680, atacada e destruída no mesmo ano; reconstruída em 1682 e abandonada ao inimigo em 1705, a Colônia do Sacramento foi novamente reconstruída em 1716. Em 1735, o Alferes Silvestre Ferreira da Silva escrevia que Sacramento tinha 327 casas, térreas na sua maioria, distribuídas ao longo de 18 ruas, 16 travessas e quatro praças. O mesmo calculou a população em 2.600 pessoas, entre as quais estavam incluídos os efetivos da guarnição. No interior da fortaleza, situavam-se a igreja paroquial, a casa do governador, o hospital, a residência dos franciscanos, a casa da artilharia, os quartéis e o corpo da guarda principal.<sup>1</sup>

A prosperidade dos habitantes da Colônia do Sacramento preocupava a coroa espanhola, lesada pelo intenso contrabando, enquanto os colonos espanhóis e os índios das missões conviviam a contragosto com a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem. A tensão permanente, alimentada pelos frequentes conflitos com os espanhóis e indígenas na campanha, chegaria ao auge em outubro de 1735, quando as tropas castelhanas apareceram em frente aos muros da Colônia do Sacramento, iniciando um sítio que duraria dois longos anos até que a paz voltasse às margens do Rio da Prata, em setembro de 1737.

O início das hostilidades no Prata foi a consequência de uma série de tensões que na Europa e na América opunha os interesses dos espanhóis aos dos portugueses, cujo pretexto para

<sup>1</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do sítio da nova Colônia do Sacramento*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 61-71.

iniciá-lo foi um pequeno incidente diplomático ocorrido em Madri. Num domingo de carnaval, dia 20 de fevereiro de 1735, os criados do embaixador português na Corte espanhola, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, libertaram um homem que estava sendo conduzido preso pelos soldados pelas ruas de Madri, dando-lhe acolhida na casa do embaixador. Dois dias após, cem soldados invadiram o palácio do Senhor de Belmonte, prendendo todas as pessoas que lá encontraram. Embora o embaixador protestasse contra a violência, de nada adiantou sua intervenção.

O incidente ocorrido em Madri provocou a divisão dos conselheiros de D. João V entre os que propunham uma conciliação e os que exigiam uma represália imediata. O segundo grupo venceu e, a 13 de março, 60 soldados e três oficiais ocuparam todas as entradas da casa do embaixador espanhol, Marquês de Capelatro, prendendo 12 criados seus que foram levados à cadeia do Limoeiro.<sup>2</sup>

A notícia do desentendimento entre as coroas ibéricas agradou sobremaneira os tradicionais inimigos dos habitantes de Colônia, os jesuítas e o *cabildo* de Buenos Aires que, em 15 de abril de 1733, escreveu ao rei queixando-se dos “excesos cometidos en los ganados vacunos de la otra banda por los portugueses de la Colonia”.<sup>3</sup> Patiño aproveitou o momento e, com a dupla finalidade de agradecer os portenhos e hostilizar os portugueses, inteirou o novo governador do Rio da Prata, D. Miguel de Salcedo, das queixas do *cabildo* de Buenos Aires, ordenando-lhe que durante seu governo se informasse dos novos caminhos abertos pelos portugueses para o Brasil e destruísse todos os estabelecimentos, quintas, estâncias e animais que os portugueses possuíssem fora da área coberta pela artilharia dos muros de Sacramento, solicitando a ajuda dos índios missioneiros se fosse neces-

sário. Devia ainda impedir todo o comércio entre portugueses e espanhóis e limitar aos lusos a navegação do Prata às rotas estritamente necessárias para a ligação de Colônia aos demais domínios portugueses.<sup>4</sup>

Assim que chegou a Buenos Aires, em março de 1734, Salcedo empenhou-se em cumprir as ordens recebidas. Na repressão ao contrabando, ordenou a substituição dos antigos fiscais reais, sendo que alguns deles foram presos e tiveram seus bens confiscados.<sup>5</sup> Ainda em março do mesmo ano, Salcedo escreveu ao governador de Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos informando-lhe da “expresa orden del Rey mi amo para arreglar, y demarcar los limites de esa Colonia”. Vasconcelos respondeu-lhe que “se achava sem as instruções ou poderes de S. Magestade, para entrar nesta conferência”. Salcedo insistiu no assunto em outras duas cartas, enquanto que Vasconcelos continuava a alegar a sua falta de competência para determinar os limites do território da Colônia do Sacramento.<sup>6</sup> Entretanto, em 18 de abril de 1735, D. José Patiño comunicou ao Governador Salcedo que o rei resolveu “que sin esperar a que formalmente se declare la guerra con los Portugueses, y solo en virtud de esta orden, se sorprenda, tome y ataque la ciudad y Colonia del Sacramento”.<sup>7</sup>

D. Miguel de Salcedo ordenou a mobilização das tropas das missões jesuíticas. Entre os preparativos para o ataque a Sacramento, o governador ordenara a saída dos portugueses e ingleses de Buenos Aires. Mais de 30 ingleses conseguiram burlar a vigilância dos espanhóis e passaram a Colônia, onde foram bem recebidos pelo Governador Vasconcelos, que os juntou à tripulação do bergantim real, que teve como missão dar caça aos transportes e comunicações que os espanhóis faziam entre as duas margens do Rio da Prata.<sup>8</sup>

<sup>2</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, tomo II, p. 59-63.

<sup>3</sup> “Acuerdo del cabildo...” 27/03/1734. In: *Campaña del Brasil: Antecedentes Coloniales*. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1932, tomo I, p. 501.

<sup>4</sup> *Manuscritos da Coleção de Angelis. Tratado de Madrid - Antecedentes*: Colônia do Sacramento (1669-1749). Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1954, p. 244-252.

<sup>5</sup> Carta de José Meira da Rocha a Francisco Pinheiro, 25/3/1734. In: LISANTI, Luís (org.). *Negócios Coloniais*. Brasília: Ministério da Fazenda; São Paulo: Visão Editorial, 1973, vol. 4, pp. 376-377.

<sup>6</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit., p. 28-31.

<sup>7</sup> Carta de D. José Patiño a Salcedo, 18/04/1735. In: *Campaña del Brasil*, op. cit., p. 505.

<sup>8</sup> “Noticia práctica del sitio de la Nueva Colonia del Sacramento...” In: *Revista Histórica*. Montevideo, 1916, tomo VII, nº 22, p. 607-608.

Enquanto isso, na Europa, os Governos de Lisboa e Madri iniciavam os preparativos para a guerra. Em cumprimento aos tratados de aliança com Portugal, em junho, entrou no Tejo uma Esquadra inglesa composta de 30 navios e mais de 12 mil homens. Ao mesmo tempo, a coroa ordenou ao Governador Vasconcelos que se prevenisse contra qualquer ataque espanhol, aviso desnecessário, já que o mesmo sabia do que se passava em Buenos Aires através das informações fornecidas pelos espanhóis que visitavam Colônia e pelos espíões que mantinha naquela cidade.<sup>9</sup>

Na campanha, o bloqueio hispano-indígena foi estreitando aos poucos os movimentos dos portugueses e a tensão cotidiana degenerou em pânico em outubro, quando um destacamento espanhol avançou sobre os arredores de Colônia, destruindo as quintas dos povoadores e pondo em retirada a cavalaria portuguesa. As tensões manifestaram-se então contra as autoridades portuguesas, pois começou a circular a notícia de que embora o governador soubesse da possibilidade de um ataque espanhol, não providenciara a evacuação dos colonos, que viram suas lavouras destruídas e o gado apesado pelo inimigo, tendo de se retirar para a fortaleza às pressas sem poderem salvar os alimentos que seriam necessários durante o longo cerco.<sup>10</sup>

De fato, embora o Governador Vasconcelos tivesse sido avisado dos preparativos de guerra de D. Miguel de Salcedo, os espíões que mantinha em Buenos Aires asseguraram-lhe que o mesmo tinha falta de gente e via-se desprevenido para um ataque. Para o governador de Colônia, os preparativos dos espanhóis tinham a finalidade de fazer os portugueses abandonarem as estâncias, pois ele não acreditava no rompimento das hostilidades sem uma formal declaração de guerra na Europa.<sup>11</sup>

Embora não houvesse ordenado a evacuação da campanha, o que seria ceder às pressões espanholas de não sair do espaço coberto pela artilharia, assim que recebeu o aviso de Lisboa, o Governador Vasconcelos deu ordem para que se reforçasse a muralha, ainda inconclusa. Os trabalhos de fortificação continuaram sem parar nos domingos ou dias santos, com a participação de toda a população, inclusive dos meninos da escola, que executavam o serviço cantando como uma forma de suavizar o trabalho. Ao mesmo tempo, o governador enviou ao arrabalde de Veras 120 cavaleiros destinados a impedir o avanço dos castelhanos,<sup>12</sup> medida que se revelou insuficiente, pois um destacamento de 500 soldados espanhóis pôs em retirada a cavalaria portuguesa, dando início à destruição das quintas dos arrabaldes.<sup>13</sup>

Em 22 de outubro de 1735, o Governador Vasconcelos ordenou uma mostra para verificar quantos dos moradores eram destros no tiro. O mesmo queixou-se de que, dentre os muitos moradores, só aprovou 120, os quais repartiu em quatro companhias destinadas à defesa da área litorânea, designando um oficial para que os exercitasse no manejo das armas.<sup>14</sup> O ataque dos espanhóis mobilizou todos os segmentos da população de Colônia para acudir à defesa da praça, inclusive os escravos.

De 28 de novembro até 9 de dezembro de 1735, espanhóis bombardearam a Colônia do Sacramento causando “horroroso estrago nas propriedades da povoação” segundo o Alferes Silvestre Ferreira da Silva, um dos cronistas do cerco.<sup>15</sup> O bombardeio abriu uma brecha de 200 palmos na muralha, e mesmo que ela fosse constantemente reparada pelos defensores durante a noite, o Governador de Buenos Aires exigiu a rendição da praça.<sup>16</sup>

<sup>9</sup> CORTESÃO, Jaime Cortesão. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, parte I, Tomo I, p. 68-69.

<sup>10</sup> “Sistema entre un Portuguez y un jenobes dentro de la colonia del Sacramento...” *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38, T5, doc. 4, f. 35-36.

<sup>11</sup> *Idem*, f. 36.

<sup>12</sup> “Noticia práctica del sitio de la Nueva Colonia del Sacramento...” *op. cit.*, p. 607-608.

<sup>13</sup> RIVEROS TULA, Anibal M. “Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830”. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXII, 1959, p. 169-170.

<sup>14</sup> *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 23.

<sup>15</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da, *op. cit.* p 84.

<sup>16</sup> “Já era uma convenção da guerra de assédio que a recusa de se render depois de aberta uma brecha eximia os atacantes da obrigação de oferecer mercê ou se abster de saquear. Na era da artilharia essa convenção tornou-se absoluta”. KEEGAN, John. *Uma História da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 333.

Diante da negativa do Governador de Colônia, as tropas espanholas começaram a organizar-se para o assalto. Porém uma bala da artilharia portuguesa atingiu o centro da formação inimiga, causando uma grande confusão que desbaratou o assalto à praça sitiada. Frustrado o assalto, os espanhóis voltaram para suas trincheiras e continuaram a bombardear a praça até a chegada da primeira expedição de socorro. O portador da notícia foi um desertor que disse ao governador que na tarde do dia 5 de janeiro seis embarcações portuguesas foram vistas subindo o rio em direção a Colônia.<sup>17</sup>

## AS FROTAS DO BRASIL

Os reforços vinham em resposta à solicitação do governador. Em 19 de dezembro, sob a ordem de Vasconcelos, o inglês naturalizado português e radicado em Colônia, Guilherme Kelly, conseguiu escapar do bloqueio espanhol a bordo do Bergantim *Paloma Real*. Aproveitando-se da escuridão da noite navegou em direção ao Rio de Janeiro com uma carta do governador, reportando a difícil situação em que se encontrava a Colônia do Sacramento.<sup>18</sup>

Em resposta aos pedidos de socorro de Antônio Pedro de Vasconcelos, o governador interino do Rio de Janeiro, José da Silva Pais, mandou lançar um bando para sentar praça a toda pessoa que quisesse participar do socorro à praça sitiada. A fim de conseguir a rápida adesão de voluntários, oferecia o fornecimento imediato de fardas, mantimentos e três meses de soldo adiantado a título de ajuda de custo. Findo o cerco, o voluntário poderia dar baixa após entregar o fardamento e as armas, sendo que, se quisesse continuar no serviço, teria a permissão de escolher a companhia de seu agrado nas guarnições de Sacramento ou do Rio de Janeiro. Oferecia ainda passagem e sustento aos casais que manifestassem o desejo de seguir para Colônia.<sup>19</sup>

Apesar dos incentivos, o número de voluntários não deve ter sido grande, pois quando o governador ordenou a concentração dos efetivos do socorro no Largo do Carmo, a fim de passar mostra às tropas de voluntários, também fez menção “a todos os mais que se têm sentado praça involuntários”.<sup>20</sup>

A primeira expedição de socorro, sob o comando do Sargento-Mor Tomás Gomes da Silva, deixou o Rio em 15 de dezembro de 1735. Compunha-se de seis embarcações e levava 360 marinheiros, 250 infantes, 42 Dragões das tropas de Minas Gerais e 35 artilheiros. Ao lado dos militares seguiam ainda 86 prisioneiros e 25 índios,<sup>21</sup> o que sugere que o sistema de recrutamento compulsório aplicado à população masculina do Rio foi insuficiente para completar o número de soldados necessários, tendo-se de recorrer aos prisioneiros.

A chegada da primeira expedição de socorro garantiu a supremacia naval aos portugueses, ocasionando a retirada do Governador de Buenos Aires, que levou consigo a infantaria e a cavalaria, deixando 500 cavaleiros no campo de bloqueio a fim de impedir a saída dos portugueses do recinto fortificado.<sup>22</sup> D. Miguel de Salcedo mandou evacuar a Ilha de São Gabriel, imediatamente ocupada pelos portugueses. Vasconcelos mandou construir uma bateria de seis canhões e defesas de faxina e terra para a defesa da guarnição que mandou instalar no local.<sup>23</sup>

O governador então ordenou a Tomás Gomes da Silva que atacasse os navios espanhóis que buscaram refúgio na enseada de Barregán situada, aproximadamente, a 60 quilômetros ao Sul de Buenos Aires. Entretanto, por voto dos práticos e contra o parecer dos militares, a frota voltou a Sacramento por considerar-se arriscado dar batalha num porto tão raso como aquele. Uma nova tentativa de ataque foi feita posteriormente com as embarcações de

<sup>17</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit. p. 91-92.

<sup>18</sup> MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 236.

<sup>19</sup> Bando do governador Silva Pais, 19/10/1735. *Arquivo Nacional-RJ*, cód. 60, vol. 19, f. 181.

<sup>20</sup> Bando do governador Silva Pais, 08/12/1735. *Arquivo Nacional-RJ*, cód. 60, v. 19, f. 194v.

<sup>21</sup> SÁ, Simão Pereira de. *História topográfica e bélica da nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata*. Porto Alegre: Arcano 17, 1993, p. 87.

<sup>22</sup> MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., p. 242.

<sup>23</sup> SYLVA, Silvestre Ferreira da, op. cit., p. 93.

menor calado. Os navios espanhóis estavam em terra e eram defendidos por uma bateria e apesar da batalha ter durado 13 horas, só resultou num ferido português e alguns mortos e muitos feridos entre os espanhóis.<sup>24</sup>

Entretanto, novos reforços navais estavam por chegar. Na Bahia, o vice-rei, Conde das Galveias, tratou de organizar uma expedição de socorro que saiu de Salvador, a bordo de dois navios, em 31 de dezembro de 1735. Compunha-se de um destacamento de 200 soldados, retirados dos dois terços que guarneciam a cidade, aos quais se acrescentaram três capitães de infantaria e um de artilharia, três alferes, seis sargentos e 50 artilheiros. Os reforços foram divididos em quatro companhias: duas de 60 soldados cada e uma de 80, enquanto outra reunia os 50 artilheiros.<sup>25</sup>

A escala das tropas da Bahia no Rio trouxe o medo da deserção e por isso o governador ordenou que todos os oficiais e soldados estivessem sempre a postos nos quartéis consignados, sendo castigados como desertores os que se ausentassem deles. O castigo incluía as pessoas que ajudassem os desertores, incorrendo em pena de cinco anos de degredo em Angola.<sup>26</sup> Porém não havia só o risco de deserções, pois enquanto se esperava a partida da frota para Sacramento irromperam distúrbios entre os reforços vindos da Bahia e a guarnição do Rio de Janeiro, causando um número de baixas não especificado por Simão Pereira de Sá, entre mortos e encarcerados.<sup>27</sup> Em 11 de março de 1736, a frota, composta de três navios de alto bordo e quatro sumacas, deixou o porto do Rio de Janeiro com os reforços enviados da Bahia. Transportava 200 infantes, 50 artilheiros e 150 recrutas, além de provisões para os sitiados.<sup>28</sup>

Porém, se a chegada da expedição de socorro diminuiu a pressão dos espanhóis

sobre a Colônia do Sacramento, surgiram diversos atritos entre os moradores e os recém-chegados. O recrutamento forçado trazia diversos problemas, entre os quais o principal era a dificuldade em manter a disciplina entre homens sem treinamento militar. Mal desembarcado o destacamento da Bahia, "começaram os soldados com distúrbios e desgostos a inquietar a praça. Mostravam que da guerra não tinham experiência, menos sofrimento para os trabalhos de um sítio rigoroso. Sabiam melhor contender com os domésticos que disputar com os estranhos", segundo Simão Pereira de Sá.<sup>29</sup> Parece mesmo que os baianos trouxeram mais problemas que auxílio e, por fim, o Governador Vasconcelos resolveu desembaraçar-se deles mandando-os embarcar para Laguna a fim de buscar carne para o sustento da praça, de onde o destacamento saía "mal quisto com o povo por alguns insultos cometidos aos paisanos".<sup>30</sup>

As tropas desembarcadas deveriam substituir os civis que defendiam a praça. Mas nem sempre a substituição deu-se sem problemas. Devido à sua elevada posição social em Colônia, o comerciante José Meira da Rocha recebeu o comando de uma companhia que incluía comerciantes e soldados. Meira da Rocha não deixou de registrar que durante os cinco meses em que comandou este grupamento teve de ter grande paciência para aturar a falta de disciplina dos seus subordinados, que pediam para almoçar e voltavam à tardinha ou pediam para jantar e só voltavam no dia seguinte. Caso se negasse a dar permissão para as suas saídas, iam queixar-se ao governador:

que me não podiam aturar com impertinências e medos demasiados, que sempre queria ter ali a gente amarrada, e a trabalhar nos parapeitos, e que o melhor seria entregar a bateria a outrem

<sup>24</sup> Sá, Simão Pereira de, op. cit., p. 89.

<sup>25</sup> MIRALES, José de. "História Militar do Brasil" [1762]. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1900, vol. XXII, p. 172.

<sup>26</sup> Bando do governador Silva Pais, 10/1/1736. *Arquivo Nacional-RJ*, cód. 60, vol. 19, f. 199-199v.

<sup>27</sup> Sá, Simão Pereira de, op. cit., p. 94.

<sup>28</sup> Idem, p. 95.

<sup>29</sup> Idem, p. 96.

<sup>30</sup> Idem, p. 110.

e juntamente que ora queria estar sempre atirar ao inimigo, ora não queria, trocando as melhores ocasiões para as piores e, para dizer tudo, fizeram-me meio doido.<sup>31</sup>

O governador, por sua vez, tentava apaziguar os ânimos, recusando-se a castigar a falta de disciplina dos soldados e ordenanças, dizendo-lhe que “não estávamos em ocasião disso, e que sofresse eu 21 homens que também ele sofria toda a praça”.<sup>32</sup> As tensões entre os dois grupos manifestavam-se através do pouco caso com que os soldados tratavam a autoridade de Meira da Rocha, ausentando-se por longas horas dos seus postos e também através de queixas ao governador.

José Meira da Rocha estava consciente de que os atritos que tinha com seus subordinados eram consequência do seu empenho em cumprir bem sua missão, pois comentou que, no tempo em que comandava a bateria, mantinha todo o equipamento limpo e em ordem, com os canhões sempre carregados e apontados para o inimigo. A situação mudou completamente depois que o Capitão Antônio Carvalho e sua companhia ocuparam o posto que anteriormente comandava, o qual descreve então como “mui diverso, por estar a artilharia uma descarregada, e outra desapontada, e tudo sujo e miserável, que certamente paga Sua Majestade soldo a homens que eles lhes deviam pagar a água que bebem no seu reino”.<sup>33</sup>

Segundo o mesmo, assim que o governador viu o estado em que se encontrava a bateria, deixada a cargo dos reforços vindos do Rio de Janeiro, ordenou a Meira da Rocha e seus colegas comerciantes que assim que ouvissem o sino anunciar um ataque inimigo acorressem à mesma bateria para cuidar da artilharia. Porém, para Meira da Rocha tal cuidado não seria de grande utilidade, já que “na bateria ninguém hoje poderá parar

em caso de assalto por estarem as pessoas nela a peito descoberto, por que como os parapeitos eram de surrões de couro cru cheios de terra, e neles não houve cuidado, apodreceu o couro, e a terra caiu ao mar”.<sup>34</sup>

O imenso esforço de guerra já começa a preocupar as autoridades coloniais. Embora o vice-rei escrevesse à Corte que não tinha os meios necessários para socorrer Colônia, uma vez que lhe faltavam munições, armas e mesmo dinheiro para pagar os terços da guarnição de Salvador, além de alegar que não encontrara no porto nenhum navio capaz que se pudesse armar para transportar os reforços a Sacramento,<sup>35</sup> conseguiu mandar novo socorro em 3 de dezembro de 1736. Composto de cem soldados retirados dos terços da guarnição, 50 artilheiros, dois capitães e um alferes, este segundo socorro chegou quando os espanhóis já haviam levantado o cerco, sendo, portando, enviado para reforçar o novo estabelecimento criado no Rio Grande de São Pedro<sup>36</sup>. Em janeiro do ano seguinte, o vice-rei, Conde das Galveas, queixou-se a Martinho de Mendonça de que para acudir Sacramento “será necessário destruir todas as praças da América dos meios de se poderem defender porque em todas vai faltando o dinheiro, a gente e os mantimentos”.<sup>37</sup>

## A FROTA DO REINO

A metrópole também participou do esforço de guerra, pois a notícia de que a coroa espanhola preparava duas naus para aumentar as suas forças no Prata fez D. João V ordenar a ida de uma frota em socorro a Colônia.<sup>38</sup> A 25 de março de 1736, zarpavam de Lisboa três navios sob o comando do Coronel Luiz de Abreu Prego que, com o pretexto de acompanhar a frota mercante do Rio de Janeiro, destinavam-se a reforçar a presença naval de Portugal no Rio da Prata. Seguia

<sup>31</sup> Carta de Meira da Rocha a Pinheiro, 26/4/1736. In: LISANTI, Luís (org.), op. cit. vol. 4, p. 395.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> Consulta do Conselho Ultramarino de 15/06/1736. In: *Documentos Históricos*, vol. XCI, pp. 58-61.

<sup>36</sup> MIRALES, José de, op. cit., p. 172.

<sup>37</sup> Carta do Conde das Galveas a Martinho de Mendonça, 10/01/1737. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 271.

<sup>38</sup> SÁ, Simão Pereira de, op. cit. p. 107.

com o Coronel Prego o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, considerado um dos mais brilhantes oficiais portugueses, com larga experiência no Estado da Índia. Posteriormente, acrescentar-se-iam mais duas fragatas, que deveriam acompanhar a frota da Bahia, a qual zarpuo em 21 de agosto. Os navios de guerra seguiam com uma tripulação maior do que a necessária, à qual se acrescentaria um destacamento a ser retirado da guarnição do Rio de Janeiro.<sup>39</sup> As instruções dadas ao Coronel Luiz de Abreu Prego diziam que “Sua Majestade no caso de estar socorrida a praça da Nova Colônia [...] prefere o ataque da praça de Montevideú a qualquer outra operação que possamos intentar contra a coroa de Castela”.<sup>40</sup>

Em 6 de maio, saiu de Lisboa a Nau *Esperança* com José Gonçalves Lage como primeiro comandante e Henrique Manuel Padilha como segundo comandante. Padilha foi o autor de uma das relações sobre a atuação da Esquadra portuguesa no Prata que utilizaremos neste artigo. A Nau *Esperança* comboiou a frota destinada ao Maranhão até a Ilha da Madeira, quando foram abertas as cartas do rei nas quais ordenava: “que a toda a força de vela seguíssemos viagem para o Rio de Janeiro à ordem do General Gomes Freire de Andrade e que em tudo seguíssemos o que ele nos desse”.<sup>41</sup>

Durante a viagem, como entre os demais países católicos,<sup>42</sup> era constante a preocupação do comandante com relação aos preceitos religiosos, com vistas à manutenção da disciplina e à busca da proteção divina. À vista das Ilhas Canárias, todos foram obrigados a se confessar dentro de 40 dias. O Coronel Prego também cuidou para que: “alguns dias fazer exercícios a toda a guarnição da nau, e por divertimento se mandava

fazer aos rapazes moços da nau, para assim se disfarçar parte do trabalho de viagem”.<sup>43</sup> Mas não só deveres marcaram o cotidiano das pessoas que seguiam na frota, pois também havia “jogos e danças, modos de passar o tempo e disfarçar o trabalho”.<sup>44</sup> O coronel organizou uma festa, na qual participaram as senhoras que seguiam para o Rio de Janeiro, com uma representação que contou com as figuras da virtude, fama e inveja, ao qual se seguiu um baile que durou até às duas horas da madrugada. Entretanto, junto com o relato das festas, temos também notícias de doenças e de fome até a chegada ao Rio de Janeiro, o que ocorreu em 28 de maio.<sup>45</sup>

O Brigadeiro José da Silva Pais, governador interino do Rio desde 12 de março de 1735, fora encarregado de armar alguns navios leves para se juntarem aos reforços que chegariam de Lisboa, devendo se incorporar à expedição de socorro para comandar as operações terrestres contra os espanhóis.<sup>46</sup> Para assumir o Governo do Rio de Janeiro veio Gomes Freire de Andrade de Minas Gerais, onde deixou na administração Martinho de Mendonça a quem escreveu que os navios recém-chegados da metrópole para o socorro de Colônia “trazem mui bisonha guarnição”.<sup>47</sup> Pareceu-lhe, então, ser preciso acrescentar à expedição duas companhias de granadeiros e cem homens escolhidos dentre a guarnição do Rio de Janeiro.

Do dia da chegada da frota até 11 de junho as tropas foram proibidas de desembarcar, pois provavelmente se temia a deserção. Nesse dia os soldados receberam ordens de desembarcar na Ilha das cobras, onde deveriam exercitar-se juntamente com as tropas locais. Fez-se “rigoroso exercício de fogo, em avançadas à fortaleza que parecia o maior

<sup>39</sup> BARRETO, Abeillard. “A Expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro”. In: *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1975, vol. 2, Tomo 2, p. 9-17.

<sup>40</sup> “Instrução que deve seguir o senhor coronel do mar Luís de Abreu Prego na expedição que vai por ordem de S. Majestade”. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., vol. 2, p. 92-94.

<sup>41</sup> PADILHA, Manuel de Miranda. “Relação da Campanha do Rio da Prata”. In: *Revista do IHGRS*. Porto Alegre, 1945, n. 99, p. 54.

<sup>42</sup> MERRIEN, Jean. *A vida quotidiana dos marinheiros no tempo do Rei Sol*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 125-128.

<sup>43</sup> “Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o coronel Luiz de Abreu Prego...” *Biblioteca Nacional de Portugal*, F. 1445, COD. 567, f. 8.

<sup>44</sup> Idem, f. 8v.

<sup>45</sup> Idem, f. 9v-15v.

<sup>46</sup> BARRETO, Abeillard, op. cit., p. 12-16.

<sup>47</sup> Carta de Gomes Freire a Martinho de Mendonça, 30/05/1736, in: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1911, vol. II, p. 240.

furor de guerra, saíram feridas algumas pessoas".<sup>48</sup> Nota-se que os exercícios visavam atacar uma fortificação, no caso Montevidéo.

Ao tomar conhecimento que a frota seguiria para o Rio da Prata começaram as deserções, a despeito do cuidado das autoridades em evitá-las. Relata o cronista da viagem que: "com esta notícia desertaram alguns soldados, ainda que uns apareceram e foram castigados".<sup>49</sup> Os oficiais tiveram dificuldades em conter o alvoroço dos marinheiros que não queriam seguir "para o inferno do Rio da Prata".<sup>50</sup> Nosso cronista não nos explica se o temor era em relação às dificuldades de navegação do dito rio ou ao temor da guerra que lá se travava contra os espanhóis, mas é de se supor que as duas razões pesaram para a desmoralização a bordo, pois a tripulação pensava que só ia ao Brasil para comboiar a frota do Rio de Janeiro.

Em 23 de junho, os navios deixaram o porto e prepararam-se para deixar a Baía de Guanabara. No dia seguinte chegou a *Nau Nossa Senhora da Esperança*, e pela noite embarcaram 120 soldados e 30 índios. A Esquadra deixou o Rio de Janeiro na pior estação possível para a navegação nos mares do sul, em pleno inverno, dia 26 de junho. Três dias depois da partida os portugueses enfrentaram a primeira tempestade da campanha e em 5 de julho chegaram à ilha de Santa Catarina, onde encontraram Cristóvão Pereira de Abreu e seus homens que seguiam por terra. Ali se carregaram mais víveres e água e exercitaram outra vez a infantaria. Temos notícia que por vezes os atritos entre a tripulação e os soldados podiam gerar graves incidentes, como ocorreu no dia 20, quando um marinheiro foi punido por ter esfaqueado um soldado.<sup>51</sup>

No dia 28, o coronel mandou levantar âncoras, porém uma tempestade impediu a

saída das embarcações, o que levou Prego a obrigar seus homens à confissão dos pecados, pois se temia que a morte sem a absolvição levasse à danação eterna, já que era obrigação do comandante zelar pelas almas de seus subordinados.<sup>52</sup>

Em 29, atendendo o Coronel Comandante à prolongada viagem a que se expunha e os inumeráveis perigos a que todos íamos expostos, movido do zelo e salvação das almas, e que na companhia iriam muitos que só por força se condoíam delas mandou que sob pena de ásperos castigos se confessasse toda a pessoa dentro em o termo de dez dias, ou fosse deste ou daquele sexo para o que mandou botar hum bando ao som de caixa e depois de publicado o mandou pregar no mastro grande. E as embarcações miúdas, que a sua impossibilidade lhe não permitia trazerem capelão lhe mandou os de esquadra, para fazerem o tal efeito.<sup>53</sup>

Em 1º de agosto, a Esquadra deixou a ilha de Santa Catarina. No dia seguinte nova confissão geral por ordem do comandante. No terceiro dia, de "noite nos deu um rigoroso temporal, que nos vimos assoberbados dos mares e toda a noite com um grande trabalho fazendo sinais às mais embarcações da conserva".<sup>54</sup> Na manhã seguinte, não se viam os demais navios que só foram vistos no dia 5. Em 7 de agosto, a frota encontrou uma embarcação que vinha de Colônia com a informação "que havia lá muita doença e morria muita gente e a maior parte de fome".<sup>55</sup>

No dia 10, a frota enfrentou a maior tormenta que até então tinha visto, com os marinheiros bombeando a água que entrava

<sup>48</sup> "Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o Coronel Luiz de Abreu Prego..." op. cit., f. 17.

<sup>49</sup> Idem, f. 17v.

<sup>50</sup> Idem, f. 18v.

<sup>51</sup> Idem, f. 17v. 21v.

<sup>52</sup> "Antes dos combates, geralmente previstos com razoável antecedência, das tempestades ou 'de outros acidentes em que uma pessoa se pode encontrar em perigo de morte', o capelão deve confessar toda a tripulação". MERRIEN, Jean, op. cit., p. 128.

<sup>53</sup> "Diário da viagem que fez ao Rio da Prata o Coronel Luiz de Abreu Prego..." op. cit., f. 22-22v.

<sup>54</sup> Idem, f. 24.

<sup>55</sup> Idem, 24v.



nos porões com o incentivo do Coronel Prego “dizendo-lhes que confiassem na Senhora Santa Teresa, que nos havia de dar remédio, em tão grande perigo”.<sup>56</sup> O temporal impediu o cozimento dos alimentos e causou a perda de uma vaca, que caiu no porão, e encharcou as roupas “dos miseráveis navegantes que nem uma camisa achavam capaz de vestir e muito fato [vestuário] perdido que não se tornou a ter uso”.<sup>57</sup> Na noite do dia 14, “se levantou um rigoroso temporal, que parecia ser o último dia de nossa vida. O Coronel André Ribeiro experimentado nas carreiras da Índia, tendo passado tantas vezes o tormentoso Cabo da Boa Esperança, dizia não tinha visto ainda tão grandes mares”.<sup>58</sup>

Em 20 de agosto, se deu o primeiro combate com o inimigo. Do encontro com duas naus espanholas, na altura do Cabo de Santa Maria, atual Punta del Este, resultou um bombardeio tão intenso que “morreram, 25 carneiros, galinhas e patos, com o estrondo da artilharia [e] até aos santos chegou esta perda pois uma bala levou a cabeça a Santo Antônio”. O Coronel Prego ficou gravemente ferido durante o combate, porém “disfarçou por ver o motim que a gente fazia, considerando o seu comandante morto”, o que depois lhe valeu uma reprimenda do Brigadeiro Silva Pais “pois no mesmo tempo que mandava cobrir o menor soldado, se punha ele a peito descoberto”.<sup>59</sup> Talvez começou ali a primeira desavença entre os dois, situação que voltaria a se repetir ao longo da campanha.

As naus espanholas conseguiram fugir e a Esquadra portuguesa se dirigiu então a Montevidéu, cidade que deveria ser tomada. Nas instruções dadas ao Brigadeiro José da Silva Pais se acrescentava que após a tomada de Montevidéu “se fortifique e

guarneça em forma que nos livre de passar pela indecência de a abandonar ao primeiro ataque”.<sup>60</sup> Nota-se que o seu abandono em 1724 ainda não fora esquecido.<sup>61</sup> Porém, a ofensiva contra Montevidéu foi frustrada, pois ao se posicionar ao largo da cidade, os portugueses deram-se conta de que, ao contrário das informações recebidas,<sup>62</sup> as fortificações eram defensáveis e que o bloqueio naval não forçaria a sua rendição caso não conseguissem também estabelecer um bloqueio terrestre. André Ribeiro Coutinho descreveu a situação que encontrou: “assim a praça como a Esquadra tinha mudado de estado, aquela por aumento e esta por diminuição. Crescendo a praça com obras, em baterias, em guarnição e em munições e diminuindo-se a Esquadra por parte da gente, dos petrechos, das munições e das embarcações miúdas que eram totalmente precisas para os desembarques”.<sup>63</sup>

Em 8 de setembro de 1736, chegaram ao porto de Colônia embarcações que trouxeram notícia ao governador da chegada da frota portuguesa ao Rio da Prata. No dia 18, o Governador Vasconcelos mandou escolher oficiais e soldados do destacamento do Rio de Janeiro para embarcarem na Nau *Nazaré* que ia reforçar o bloqueio a Montevidéu.<sup>64</sup> Dia 26 o Brigadeiro Silva Pais desembarcou em Sacramento. Um cronista anônimo do sítio descreve as cerimônias que se fizeram nessa ocasião:

desembarcou o dito brigadeiro ao sol posto na praia do colégio aonde se achavam já formados todos os soldados do terço que se não achavam ocupados na obrigação e sentinelas da muralha com todos os oficiais da dita guarnição

<sup>56</sup> Idem, f. 25.

<sup>57</sup> Idem, f. 26.

<sup>58</sup> Idem, f. 26v.

<sup>59</sup> Idem, 29v.

<sup>60</sup> BARRETO, Abeillard, op. cit., p. 95-98.

<sup>61</sup> POSSAMAI, Paulo. “Montevideo fortificado es outro Gibraltar”. *Revista Estudios Históricas*. Rivera, n. 3, 2009, [http://www.estudioshistoricos.org/edicion\\_3/paulo-possamai.pdf](http://www.estudioshistoricos.org/edicion_3/paulo-possamai.pdf), acessado em 20/4/2012.

<sup>62</sup> O vice-rei do Brasil escrevia que: “Montevideu, pela parte que olha a campanha se acha com pouca ou nenhuma defesa e pela do mar não tem mais que dois meios baluartes que guardam a entrada do porto”. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. 1937, op. cit., vol. 2, p. 87-91.

<sup>63</sup> Carta de André Ribeiro Coutinho a Corte Real, 21/03/1737. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, op. cit., vol. 2, p. 113-129.

<sup>64</sup> ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento”. *Biblioteca Nacional*, Lisboa, Secção de Reservados, Cód. 1445, fl. 93v.-96.

e destacamentos e bandeiras do dito terço assistindo também o mestre de campo Manuel Botelho de Lacerda com o seu espontão na frente do terço com os mais oficiais cada um em seu lugar e recebendo-se com toda a pompa e honricidade [sic] foi com grande acompanhamento à matriz aonde se lhe cantou o *te deum laudamus* e saindo se recolheram em palácio também em companhia do sobredito senhor veio o mestre de campo André Ribeiro que segundo correu notícia vinha para governar Montevidéu, que foi hospedado em casa do mestre de campo do terço da praça.<sup>65</sup>

Na manhã do dia 27, Silva Pais, acompanhado pelo governador, verificou o estado da muralha e das fortificações e observou o acampamento do inimigo. A situação que viram não deveria ser muito alentadora segundo outra relação do sítio: “Logo que o brigadeiro e o mestre de campo chegaram a Colônia visitaram a praça e ficaram maravilhados do mal que estava fortificada e de que não sendo necessária brecha para ser entrada no princípio deste sítio lhe abrissem os castelhanos e de que ainda aberta a não assaltassem pelo que se devia ter a milagre a sua subsistência”.<sup>66</sup> De noite se soube que seriam embarcados para o Rio de Janeiro os povoadores que quisessem sair da praça por causa da falta de víveres.<sup>67</sup>

Em 15 de outubro, Silva Pais voltou para o bloqueio de Montevidéu.<sup>68</sup> Em 22, embarcou novamente para Colônia a bordo de um iate. Seguiam dois bergantins, duas galeras que transportavam a infantaria e a Nau *Esperança* que encalhou na ponta do Rosário, de onde só conseguiu sair depois de descarregar os mantimentos e parte do lastro.<sup>69</sup> No dia 28, a frota chegou a Sacramento, onde se repetiram as atenções de Vascon-

celos para com o Brigadeiro Silva Pais: “e foi buscá-lo a bordo o governador e outros oficiais e se recebeu na praia do colégio com a magnificência devida. Como da primeira vez, levaram grandiosas salvas de artilharia e foram para a igreja matriz aonde ouviram missa do padre vigário”.<sup>70</sup>

Na parte da tarde houve um conselho de guerra na casa do governador no qual o Silva Pais declarou que, em vista das doenças e mortes que diminuiram suas tropas, dificilmente teria sucesso num ataque a Montevidéu, mas que tinha planos para um desembarque em Buenos Aires, que era menos fortificada. Caso não se conseguisse a conquista da fortaleza que a defendia se poderia “fazer contribuir aos moradores com uma grande soma para el Rei [e] sempre seria mui formidável o saque, junto com a glória de fazer entrada em tão grande cidade”.<sup>71</sup>

Porém o governador foi de voto contrário, dizendo que antes de se tentar algo contra Buenos Aires se deveria destruir a frota espanhola refugiada na enseada de Barregán, pois temia um ataque naval contra a Colônia do Sacramento.<sup>72</sup> Portanto, em novembro se renovam as tentativas de atacar as naus espanholas.<sup>73</sup> Entretanto não se obtiveram os resultados esperados no ataque às embarcações inimigas, que estavam encalhadas e eram protegidas por tropas acampadas na praia. Boa parte do tempo foi gasto em reconhecer a capacidade de navegabilidade do rio, efetuando-se muitas sondagens para calcular a sua profundidade. Pensou-se em entupir a entrada do canal para impedir a saída dos navios inimigos, mas desistiu-se da ideia quando se constatou que o rio podia subir até 16 palmos. Outra dificuldade encontrada foi resistir aos ventos contrários e tempestades e por isso, sem muitos resultados, a frota portuguesa voltou para Sacramento, onde ancorou em 27 de

<sup>65</sup> Idem, f. 98-98v.

<sup>66</sup> “Outra relação da guerra da Nova Colônia”. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 108.

<sup>67</sup> ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento...” op. cit., ff. 98v-99.

<sup>68</sup> Idem, 103v.

<sup>69</sup> PADILHA, op. cit., p. 57.

<sup>70</sup> ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento...” op. cit., 104v.

<sup>71</sup> PADILHA, op. cit., p. 57.

<sup>72</sup> Idem, p. 57.

<sup>73</sup> Idem, p. 106-107.

novembro.<sup>74</sup> De lá se mandaram soldados para a frota que bloqueava Montevideu em substituição dos doentes que iam se tratar em Sacramento.<sup>75</sup>

Em 9 de dezembro de 1736, chegou um iate com a notícia de que uma nau de guerra espanhola tinha entrado no porto de Montevideu, o que levou o brigadeiro a embarcar com seus homens a fim de destruir a nau inimiga e tomar a cidade. Então recomeçaram os desentendimentos entre o Brigadeiro Silva Pais e o Coronel Abreu Prego, com o primeiro insistindo em que se deveria tentar tomar a praça enquanto o segundo era de parecer contrário. O conselho de guerra deu razão ao coronel, numa reunião tensa na qual Prego “deu uma grande gargalhada”<sup>76</sup> sobre a proposição de Silva Pais de tomar Montevideu.

Deixando a maior parte da frota no bloqueio a Montevideu, Silva Pais e Ribeiro Coutinho seguiram com as embarcações pequenas para Maldonado, onde a falta de água e madeira deitou por terra os planos de criar um forte.<sup>77</sup> Restava como única alternativa fortificar o Rio Grande de São Pedro, o que se fez em princípios de 1737.

Por sua vez, a Nau *Esperança* seguiu para Colônia, onde chegou na noite de 15 de janeiro de 1737. Em 4 de março, chegou ordem do coronel para que a nau se juntasse à frota que partia para Santa Catarina no encalço de dois navios espanhóis, ordem a que se opôs o Governador Vasconcelos quando se soube que dois navios inimigos entraram em Barragán. O Comandante José Gonçalves Lage se dispôs a ficar para defender a praça, mas teve que enfrentar a subordinação da tripulação, insuflada pelo piloto “que entrou na insolência de falar contra o governador, que era um traidor que não só queria entregar a praça, mas também a nau”. No conselho que então se fez, Padilha irritou-se com a atitude do piloto, que tomou

por rebelde: “atirei-lhe com o tinteiro e não o acertando tive a felicidade de saltar por entre todos e com ambas as mãos lhe dar umas poucas de bofetadas até que o acudiram e o Lage me prendeu”. Ao saber do que se passava na Nau *Esperança* o governador embarcou, trazendo consigo “as ordens e cartas del Rei e com o seu prudente juízo os persuadiu a todos que ficassem porque a S. Majestade não havia de ser tão sensível que se perdesse a Nau *Esperança* na diligência de se conservar aquela praça”.<sup>78</sup> Resolveu-se então aproximar a embarcação do porto a fim de melhor defendê-lo.

Os espanhóis concentraram então esforços na tentativa de conquistar a Colônia do Sacramento. No dia 21 de março instalaram duas peças de artilharia na cova da traição, de onde começaram a bombardear a praça.<sup>79</sup> Em 13 de abril, um desertor trouxe a notícia de que os castelhanos se preparavam para investir por terra e mar e que a frota do Coronel Prego tinha voltado ao Prata e estava em frente a Montevideu. O governador mandou então um bergantim com o pedido de ajuda a Prego, o qual se negou a seguir para Colônia dizendo que “o inimigo não havia de intentar operação alguma contra aquela praça enquanto soubesse que ele existisse no Rio da Prata”.<sup>80</sup> Porém a frota inimiga, composta de 12 embarcações deixou Barregán e se dirigiu contra Sacramento em 15 de maio.<sup>81</sup> Mais uma vez o governador pediu a ajuda do coronel Prego que lhe respondeu com mais uma evasiva: “sem ele poder ser bom nem lhe achava mais remédio que o de terem paciência” até que do Rio chegassem reforços, porém no dia seguinte “se fez à vela com toda a Esquadra para o Rio de Janeiro onde entrou divulgando a notícia de que a Colônia ficava tomada”.<sup>82</sup>

O Coronel Luiz de Abreu Prego alegava que as embarcações não podiam navegar

<sup>74</sup> Idem, p. 58-62.

<sup>75</sup> ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia do Sacramento...” Op. Cit., 107v.

<sup>76</sup> PADILHA, Op. Cit., p. 66.

<sup>77</sup> Carta de André Ribeiro Coutinho ao mestre de campo Pedro Gomes da França Corte Real, 21/03/1737. In: MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Op. cit., vol. 2, pp. 113-129.

<sup>78</sup> PADILHA, op. cit., p. 70.

<sup>79</sup> PADILHA, Op. Cit., p. 80 e ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia...” op. cit., f. 115.

<sup>80</sup> PADILHA, op. cit., p. 71

<sup>81</sup> PADILHA, op. cit., p. 71 e ANÔNIMO. “Diário dos sucessos da Nova Colônia...” op. cit., f. 117v.

<sup>82</sup> PADILHA, op. cit., p. 71.

pelos canais do Rio da Prata sem o risco de encalharem e que a Colônia do Sacramento não corria o risco de sofrer um bloqueio naval. A população de Sacramento ficou consternada e, conforme Pereira de Sá, “começou o povo a falar por diversas bocas como monstro de muitas línguas contra o procedimento do Coronel Comandante”.<sup>83</sup>

A falta de socorros e de mantimentos, tomados pela frota inimiga quando enviados a Sacramento, levou os sitiados ao desespero. Em julho “começou a praça e a Nau *Esperança* a padecer o rigor da fome”. O governador expediu avisos a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro dizendo que só poderia sustentar a guarnição com farinha e água até fins de agosto e que se não chegassem novos reforços “seríamos pela fome obrigados a ceder aos inimigos o que eles à força das armas não puderam conseguir”.<sup>84</sup>

A eminente perda da Colônia do Sacramento foi evitada com a chegada da notícia do armistício entre Espanha e Portugal, a bordo da Nau *Boa Viagem*.<sup>85</sup> No mesmo dia os sitiados entraram em negociação com os espanhóis para a obtenção de carne, pois o socorro só chegaria em 13 de outubro “com tão pouco que não passaria de 15 dias de ração e não chegaram mais navios senão em fins de novembro”.<sup>86</sup>

Apesar do imenso esforço de guerra, que possibilitou o envio para a Colônia do Sacramento de navios, homens e mantimentos, os resultados não foram os esperados. A superioridade naval dos portugueses no Rio da Prata não possibilitou a tomada de Montevideú, como era o desejo de D. João V, e os reforços não foram suficientes para obrigar os espanhóis a levantar o cerco a Colônia, embora conseguissem impedir a tomada da fortaleza pelo inimigo.

O Governo português não entendeu por que a supremacia naval não lhe garantiu conquistas na região platina. Em carta ao Governador Vasconcelos, o Secretário de Es-

tado dizia que era “assaz estranho que uma Esquadra tão bem guarnecida e reforçada com tão repetidos socorros, que sem dúvida a não viu ainda maior o Rio da Prata, se conservasse por tantos meses em uma pura inação, com perda da despesa e da reputação, sem executar nenhum dos projetos a que foi mandada, nem alguns dos outros que se ofereceram”.<sup>87</sup>

Segundo a análise de Abeillard Barreto, a atuação da frota foi prejudicada pela falta de um comando centralizado, pois a carta régia em que constavam as ordens ao comandante da frota, Luiz de Abreu Prego, não estabelecia precedências entre ele, o Comandante da expedição de socorro, José da Silva Pais, e o Governador da Colônia do Sacramento, Antônio Pedro de Vasconcelos. O comando superior ficara a cargo do Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, que se conservava longe do teatro de operações.<sup>88</sup>

Um dos oficiais assim resumiu o malogro das expedições de socorro: “Fomos à Colônia e a Barragán restaurar o crédito a Tomas Gomes cujo Ihe chamavam Tomas Galinha e a nós não sei que nome nos porão [por] que vimos como fomos”. O mesmo confessou ao governador de Minas Gerais que “se não atendesse a um bocado de honra já tinha desertado, pois querem que eu faça o que não é do meu gênio nem coração”.<sup>89</sup>

Como vimos anteriormente, Tomas Gomes fora o primeiro a tentar atacar as embarcações espanholas refugiadas na enseada de Barragán. O próprio rei queixou-se da falta de ação de Gomes dizendo ao Secretário de Estado que “a frouxidão que o Sargento-Mor Tomas Guedes deixou perder uma ocasião tão oportuna como a que se lhe ofereceu de atacar os navios que se achavam na enseada de Barregán antes que os inimigos se fortificassem”.<sup>90</sup>

Por sua vez o Coronel Prego buscou eximir-se da responsabilidade pondo a culpa na falta de experiência dos práticos dizendo

<sup>83</sup> SÁ, Simão Pereira de Sá, op. cit., p. 151.

<sup>84</sup> PADILHA, op. cit., p. 73

<sup>85</sup> 15 de agosto segundo PADILHA; primeiro de setembro, segundo o cronista ANÔNIMO, f. 131.

<sup>86</sup> PADILHA, op. cit., p. 73

<sup>87</sup> Carta do Secretário de Estado a Vasconcelos, 30/5/1737. *Revista do IHGRS*, 1946, nº 104, p. 396.

<sup>88</sup> BARRETO, Abeillard, op. cit., p. 15.

<sup>89</sup> Manuel Saraiva Cabral a Martinho Mendonça, 8/3/1737. *Revista do IHGRS*, 1946, nº 104, p. 433.

<sup>90</sup> Carta de Antônio Guedes Pereira a Gomes Freire, 12/10/1736. *Revista do IHGRS*, 1946, nº 104, p. 435.

que: “tanto creio eu nos práticos como em Maomé, nada do que têm dito achei certo”.<sup>91</sup> Também alertava para as doenças que comprometiam a tripulação: “toda a nau se acha enfezada com o mal de escorbuto e a Conceição na mesma forma”.<sup>92</sup> Ainda reclamava da falta de mantimentos, do mau estado dos que ainda tinha e da falta de lenha para cozinhá-los.<sup>93</sup> Mas o maior inimigo da frota foram as tempestades, frequentemente apontadas pelas fontes:

Sete para oito meses nos conservamos no Rio da Prata, ou para melhor dizer, no inferno; sem se conhecerem senão seis dias de bonança, todos os mais foram acompanhados de furiosos ventos, rápidas correntes, soberbíssimos mares e infinitos raios; todas as naus agarraram uma e duas léguas e três âncoras no fundo e se este não fora tão solto seria mais eminente o perigo, porque com maior facilidade arrebentaram as amarras.

Cento e dezoito vezes se arriaram e levaram acima os mastaréis, vergas e âncoras, quarenta e sete dando fundo, e não sei como os braços tão cheios de sangrias e sarjas resistiram a tão rude e contínuo trabalho.<sup>94</sup>

Apesar da frustração causada pela falha em conquistar Montevidéu e povoar Maldonado, assim como as tentativas de destruir os navios espanhóis refugiados na enseada de Barregán, o esforço de guerra não foi em vão. A Colônia do Sacramento foi mantida sob o domínio português, embora continuasse sob bloqueio, já que o armistício não traçou novos limites e se limitou a deixar a situação no jeito que estava no momento em que foi assinado. Por sua vez, Silva Pais deu início ao povoamento do Rio Grande de São Pedro e fortificou a Ilha de Santa Catarina, criando as bases que garantiram a presença portuguesa no Sul do Brasil.

---

<sup>91</sup> Carta de Prego a Gomes Freire, 6/11/1736. *Revista do IHGRS*, 1946, n.º 104, p. 368.

<sup>92</sup> Carta de Prego a Vasconcelos, 4/5/1737. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 91.

<sup>93</sup> Carta de Prego a Padilha, 11/2/1737. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 101.

<sup>94</sup> “Outra relação da guerra da Nova Colônia”. *Revista do IHGRS*, 1945, n. 99, p. 116.